



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP COM MARCELO TUPAÍBA NUNEZ ALVES

**A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM
AMBIENTE INTERAGÊNCIAS:
UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP COM MARCELO TUPAÍBA NUNEZ ALVES

**A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE
INTERAGÊNCIAS:
UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Com MARCELO TUPAÍBA NUNEZ ALVES**

Título: **A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
DARDANO DO NASCIMENTO MOTA – Ten Cel Cmt Curso e Presidente da Comissão	
THIAGO FERRAZ DE BARROS PERES - Maj 1º Membro	
RODRIGO ADÃO DA SILVA - Cap 2º Membro e Orientador	

MARCELO TUPAÍBA NUNEZ ALVES – Cap
Aluno

A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Marcelo Tupaíba Nunez Alves*
Rodrigo Adão da Silva**

RESUMO

A presente pesquisa trata sobre a interação do Exército Brasileiro com outras agências, buscando unir interesses e coordenar esforços para atingir determinados objetivos, avaliando a importância da manutenção da Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nessas operações, indicando a necessidade de se estabelecer uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC), a fim de padronizar procedimentos e favorecer a consecução dos objetivos de cada agência envolvida. O estudo buscou defender a importância da manutenção da SIC durante as operações em ambiente interagências. Para se chegar a ideia geral sobre o assunto, valeu-se do levantamento de subsídios que justifiquem a criação de uma PoSIC para operações em ambiente interagências, permitindo que a troca de dados e informações entre os atores envolvidos ocorra de forma segura e ao mesmo tempo eficiente, respeitando as características de cada Instituição. Os dados foram obtidos por meio de um questionário realizado com militares integrantes do Sistema de Inteligência do Exército e com integrantes de agências governamentais e órgão civis, com experiência em participações nesse tipo de operação. O estado final desejado buscou viabilizar a compreensão da cultura dos profissionais e das agências envolvidas na atividade de inteligência em ambientes interagências, fazendo-se um paralelo com o conhecimento obtido com a revisão da literatura sobre o problema concebido.

Palavras-chave: Operações em ambiente interagências. Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC). Sistema de Inteligência do Exército.

RESUMEN

Esta investigación se ocupa de la interacción del Ejército Brasileño con otras agencias, buscando unir intereses y coordinar esfuerzos para lograr ciertos objetivos, evaluando la importancia de mantener la seguridad de la información y las comunicaciones en estas operaciones, indicando la necesidad de establecer una política de seguridad para Información y Comunicaciones, para estandarizar los procedimientos y favorecer el logro de los objetivos de cada agencia involucrada. El estudio buscó defender la importancia de mantener la seguridad de la información y las comunicaciones durante las operaciones en un entorno interinstitucional. Para llegar a la idea general sobre el tema, se utilizó el levantamiento de subsidios que justifica la creación de un PoSIC para operaciones en un entorno interinstitucional, permitiendo que el intercambio de datos e información entre los actores involucrados ocurra de manera segura y al mismo tiempo eficiente, respetando las características de cada institución. Los datos se obtuvieron a través de un cuestionario realizado con miembros militares del Sistema de Inteligencia del Ejército y con miembros de agencias gubernamentales y órganos civiles, con experiencia en participar en este tipo de operaciones. El estado final deseado buscó facilitar la comprensión de la cultura de los profesionales y agencias involucradas en la actividad de inteligencia en ambientes interinstitucionales, haciendo un paralelo con el conocimiento obtenido de la revisión de la literatura sobre el problema concebido.

Palabras clave: Operaciones en un entorno interinstitucional. Política de seguridad de la información y las comunicaciones. Sistema de Inteligencia del Ejército.

* Capitão da Arma de Comunicações. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010. Especialista em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações pela Universidade de Brasília (UnB) em 2014. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2020.

** Capitão da Arma de Comunicações. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2018.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento do emprego de tropas do Exército em todo o território nacional e a crescente importância da atividade de inteligência como fator relevante na tomada de decisão, muitos comandantes, em todos os níveis, ainda carecem de ferramentas adequadas para utilizarem-se dos conhecimentos produzidos a seu favor.

O emprego da Força Terrestre em Operações no Amplo Espectro dos conflitos levou o Exército Brasileiro a renovar-se. O enfretamento de ameaças antes desconhecidas, aliado a reformulação da Doutrina Militar Terrestre, fez com que ocorresse uma transformação da doutrina de planejamento e emprego da Inteligência Militar.

A Função de Combate Inteligência torna-se, dessa forma, escopo das diretrizes dos comandantes, no decorrer das Operações. No Manual de Campanha EB20-MC-10.207, temos que:

A Função de Combate Inteligência compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis (BRASIL, 2015, p. 2-1).

A fim de readequar o Sistema de Inteligência do Exército em função das demandas atuais e futuras e da disponibilidade de recursos, foi criado o Programa Estratégico do Exército (PrgEE) LUCERNA. Ele visa mais integração, com segurança, dos sistemas de inteligência, ampliando suas estruturas e buscando a constante evolução doutrinária.

Buscando adaptar-se ao contexto, o Exército participa, de forma ativa, cada vez mais em Operações em Ambiente Interagências, doravante denominadas de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) nas literaturas doutrinárias mais atuais.

Esse tipo de operação permite a interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2013, p. 1-2 apud MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013, p. 14).

Nessas operações, a velocidade e precisão da troca de informações, por ambas as partes, tornam-se fator de sucesso ou derrocada. A manutenção desse processo entrelaça-se com o êxito ou não do cumprimento das missões.

Percebe-se, assim, que a Segurança da Informação e Comunicações assume papel de destaque. Como argumenta Fernandes (2009, p. 2), “as pessoas buscam informações junto às outras visando à tomada de decisões. Podem ser decisões simples ou complexas, de curto prazo, ou de longo prazo, de pequeno impacto ou de grande impacto”.

Dessa forma, este trabalho busca avaliar a importância da manutenção da Segurança da Informação e Comunicações nessas operações, indicando a necessidade de se estabelecer uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC), a fim de padronizar procedimentos e favorecer a consecução dos objetivos de cada agência envolvida.

1.1 PROBLEMA

Para a obtenção dos Elementos Essenciais de Inteligência, os comandantes militares necessitam de informações e conhecimentos acerca do ambiente operacional em que se encontram, a fim de melhor buscar o cumprimento de sua missão.

Segundo o Manual Operações Interagências - MD33-M-12 (2ª Edição/2017), nesse contexto, o processo interagências deve unir os interesses de todos os participantes, buscando a obtenção da unidade de esforços por intermédio da cooperação, voltada para o objetivo da operação em curso (BRASIL, 2017, p. 15).

Durante o emprego de agentes de inteligência das diferentes instituições empenhadas em determinada operação, a troca de informações faz-se necessária, assim como a proteção dos ativos de informação envolvidos.

Em algumas ocasiões, a não observância de condutas adequadas para a manutenção da Segurança da Informação e Comunicações pode vir a comprometer o sigilo da operação.

Em operações em ambiente interagências, todos os envolvidos devem dedicar atenção aos princípios da compartimentação e da segurança das informações, pautados nas especificidades da área operacional na qual as forças foram desdobradas.

Diante do exposto, formulou-se o seguinte questionamento: a criação e o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) nas Operações em Ambiente Interagências poderá contribuir para o cumprimento das missões?

1.2 OBJETIVOS

À face do problema apresentado, o presente trabalho tem como objetivo geral defender a importância da manutenção da Segurança da Informação e Comunicações durante as operações em ambiente interagências.

Com a finalidade de atingir esse objetivo geral, permitindo assim o encadeamento lógico do raciocínio apresentado, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever a Função de Combate Inteligência;
- b) compreender Segurança da Informação e Comunicações e seus preceitos básicos;
- c) investigar a importância da Segurança da Informação e Comunicações como forma de proteger os ativos de informação;
- d) explicar a atual doutrina de Inteligência Militar e o emprego da Atividade de Inteligência pela Força Terrestre;
- e) identificar as operações em ambiente interagências;
- f) analisar a Atividade de Inteligência nas operações interagências; e
- g) traçar medidas a serem adotadas a fim de manter a Segurança da Informação e Comunicações nessas operações.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O Exército Brasileiro, no transcorrer de seu processo de transformação, busca adquirir novas capacidades e aprimorar as já existentes. Essa transformação permitirá que o Exército esteja ajustado às necessidades decorrentes das tarefas e missões que deverá executar nas próximas décadas. Para tanto, foi necessário mapear as novas capacidades requeridas em um trabalho sustentado por uma doutrina efetiva (BRASIL, 2015, p. 5).

Nota-se a crescente preocupação com a Segurança da Informação nas Operações. Nesse contexto, há uma lacuna existente, no que tange à inexistência de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações específica para operações em ambiente interagências.

A Inteligência Militar tem sido considerada, por muitos especialistas, militares e civis, como um dos fatores de sucesso nas variadas operações. Segundo a RAND Corporation, instituição sem fins lucrativos que atua como uma entidade que desenvolve pesquisas e análises para o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, inteligência militar inclui informações sobre as forças militares, planos e operações de outros países, obtidos através de uma variedade de métodos de coleta¹.

Dessa forma, justifica-se o estudo desse tema, atual e relevante, tendo em vista que, conforme aponta o Catálogo de Capacidades do Exército, a Força Terrestre deve possuir:

Aptidão para compreender disposições e intenções, bem como as características e condições do ambiente operacional que influenciam a tomada de decisões nos níveis político, estratégico e militar, aproveitando todas as fontes de informação disponíveis, incluindo Inteligência, Vigilância, Reconhecimento, Meteorologia e Oceanografia (BRASIL, 2020, p. 9).

Diante desse contexto, espera-se como produto final deste trabalho o levantamento de subsídios que justifiquem a criação de uma PoSIC para operações em ambiente interagências, permitindo que a troca de dados e informações entre os atores envolvidos ocorra de forma segura e ao mesmo tempo eficiente, respeitando as características de cada Instituição.

¹ “[...] *Military intelligence includes information on other countries' military forces, plans, and operations gained through a variety of collection methods*” (RAND Corporation).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, serão abordados os assuntos que se fazem fundamentais para o entendimento integral da linha metodológica deste artigo.

2.1 INTELIGÊNCIA

Acredita-se que, no Brasil, ações ligadas à Inteligência tem início no governo do presidente Washington Luís, que instituiu em 1927 o Conselho de Defesa Nacional (CDN). O objetivo era suprir o executivo de informações estratégicas.

Estabelecida por lei como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) define a Atividade de Inteligência como sendo o exercício de ações especializadas para obtenção e análise de dados, produção de conhecimentos e proteção de conhecimentos para o país (ABIN, [2019]).

A Política Nacional de Inteligência (PNI) foi fixada pelo Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, onde ficaram definidos os parâmetros e limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores e estabelecidos seus pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

A PNI aponta que inteligência é a atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado.

Pode-se afirmar que a inteligência é um dos componentes do poder de Estado, uma vez que fornece subsídios para dar legitimidade ao monopólio legítimo do uso da força na acepção weberiana do Estado.

Em um mundo globalizado, de extrema suscetibilidade a mudanças e enfrentamento de crises, é preciso estar preparado para monitorar o ambiente externo e se antecipar às ações dos oponentes ou concorrentes, prevendo a possibilidade de ameaças e oportunidades (MEDEIROS, 2014, p. 12).

Dessa forma, a atividade de inteligência deve ser permanente, com ações especializadas, buscando difundir conhecimentos que facilitem a tomada de decisão, com a devida garantia do sigilo.

Para tal, é necessário o controle sobre os conhecimentos produzidos, o que requer cuidados no trato com os mesmos, justificando a compartimentação das informações, onde somente quem deve ter acesso ao dado são pessoas com reconhecida justificativa para tal.

Os usuários que entram em contato com os conhecimentos produzidos nas atividades de inteligência devem compreendê-los de modo completo e direto. Este princípio prevê que o leitor deve ter a imediata e integral compreensão do significado do documento de inteligência, assim como destacar-se pela evidência dos conhecimentos produzidos (CASTELLO BRANCO; SCHAUFFERT; LENTO, 2014, p. 22).

Desse modo, pode-se afirmar que o país necessita de um sistema de inteligência eficiente e seguro, como forma de assessoramento, garantindo ao decisor o usufruto do conhecimento produzido, de modo que este obtenha real vantagem estratégica sobre os adversários.

2.2 O SISTEMA BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA E O SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO

O SISBIN foi instituído pela Lei 9.883, de 7 de dezembro 1999, com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do Brasil. Sob a coordenação da ABIN, estabelecida por lei como seu órgão central, é responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de inteligência necessários ao processo decisório do Poder Executivo. Também atua na proteção das informações sensíveis e estratégicas do Estado brasileiro (BRASIL, 2020).

Atualmente, o SISBIN é composto por 42 órgãos. Integram o Sistema ministérios e instituições federais de áreas como segurança, forças armadas, saúde, transportes, telecomunicações, fazenda e meio ambiente (BRASIL, 2020).



FIGURA 1 – Sistema Brasileiro de Inteligência
Fonte: ABIN

No que concerne à sua missão constituinte, o Exército Brasileiro necessita de um Sistema de Inteligência que permita o cumprimento de suas atribuições, ora como “Braço Forte”, ora como “Mão Amiga”.

O Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx) compreende os órgãos e as pessoas do Exército Brasileiro que, sob a responsabilidade dos comandantes, chefes ou diretores, estão envolvidos na execução das atividades e tarefas de inteligência ou que estão ligados à sua regulamentação e normatização (BRASIL, 2015, p. 7-1).

O Centro de Inteligência do Exército (CIE) é o órgão central do SIEEx, proporcionando uma estrutura de suporte para o fluxo de conhecimento e para o gerenciamento do sistema.

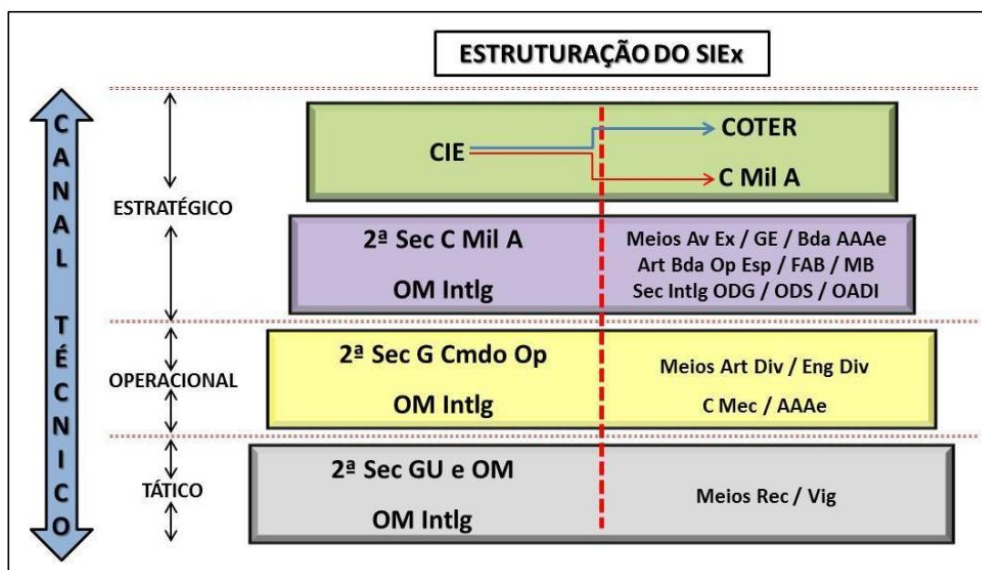


FIGURA 2 – Estrutura do SIEx
Fonte: EME

Em operações, o comando da Força Terrestre Componente (FTC) centraliza as coordenações de inteligência e o CIE realiza as ações de aprofundamento, podendo reforçar os elementos de emprego com meios e conhecimentos necessários.

O sistema produz, continuamente, os conhecimentos necessários para que o Exército permaneça preparado e em condições de ser empregado contra quaisquer ameaças à soberania ou à integridade do país, atuando em operações no Amplo Espectro, em atendimento às situações de emprego previstas na constituição e na Estratégia Militar de Defesa (BRASIL, 2015, p. 7-1).

Com vistas a atender às necessidades da Força, diversas tarefas devem ser desencadeadas, buscando direcionar as operações para a consecução dos objetivos militares estabelecidos, e a inteligência certamente deve fazer parte desse contexto.

2.3 INTELIGÊNCIA MILITAR E A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

A Inteligência Militar tem sido considerada, por muitos especialistas, militares e civis, como um dos fatores de sucesso nas variadas Operações. A adoção pelo Exército Brasileiro de novos conceitos doutrinários na condução de operações militares tem produzido reflexos diretos nas atividades e tarefas relacionadas à Inteligência (MARQUES; HOLCSIK, 2015, p. 14).

Com o crescente emprego do Exército Brasileiro em operações, tem sido cada vez mais relevante o preparo da tropa, de modo que estejam melhores adestrados

para seu emprego. Dentro desse contexto, sabe-se que a Inteligência Militar é uma das seis funções do combate existentes na doutrina do Exército Brasileiro, sendo fundamental para o planejamento e execução de missões em qualquer tipo de operação.

Para a Inteligência Militar, interessam as condições, circunstâncias e influências que podem afetar o desempenho das atividades e tarefas necessárias ao cumprimento da missão recebida. A compreensão do Ambiente Operacional (Amb Op) é fundamental para o planejamento e a condução das operações (BRASIL, 2015, p. 2-2).

Em um ambiente interagências, onde a Segurança da Informação e Comunicações é essencial para que as decisões sejam transmitidas aos elementos empregados, de forma precisa e em tempo adequado, ganha importância a antecipação aos fatos, com o devido levantamento de dados e informações.

O correto entendimento dos dados processados é essencial para o planejamento e execução das operações militares, desde o nível tático até o estratégico (BRASIL, 2015, p. 2-1).

De acordo com o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (2015, p. 4-1), existem princípios básicos da Inteligência Militar que devem ser seguidos: Segurança, Objetividade, Controle, Flexibilidade, Clareza, Amplitude, Imparcialidade, Oportunidade, Integração, Precisão, Continuidade, Relevância e Predição.

A Função de Combate Inteligência compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis².

Ela inclui tarefas relacionadas com a Atividade de Inteligência Militar Terrestre propriamente dita, assim como com as de vigilância, reconhecimento e aquisição de alvos.

Para tal, além do pessoal e dos meios que a integram, inclui todos os militares, sendo considerados meio de obtenção de dados em potencial, estando aptos a apoiar o planejamento, a preparação, a execução e a avaliação nas operações.

² DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO (Brasil). **Funções de Combate**. [S. l.]. Disponível em: <http://www.manobraescolar.decex.eb.mil.br/programas/88-funcoes-de-combate>. Acesso em: 26 fev. 2020.

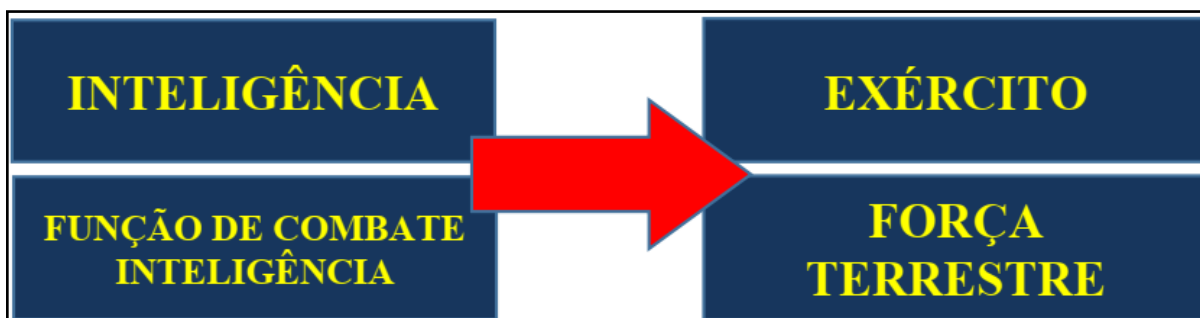


FIGURA 3 – Relação da Inteligência e Função de Combate Inteligência
Fonte: EME, 2015, p. 2-1

Portanto, o papel mais importante que desempenha é o de servir de base para o desenvolvimento das operações, apoiando o processo decisório, numa atividade contínua e dinâmica (BRASIL, 2015, p. 2-1).

2.4 A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS

A partir do momento em que a atual conjuntura nacional exige o emprego da Força Terrestre no combate em torno de suas capacidades e não mais em oposição a um inimigo específico, faz-se necessário o planejamento, preparo e emprego de tropas em operações em Ambiente Interagências.

Amparado no manual de Campanha EB20-MC-10.201, sabe-se que:

Para lidar com a complexidade dos desafios impostos pelas operações desencadeadas no atual ambiente operacional, é necessário um esforço concertado de todos os instrumentos do Poder Nacional – o que inclui forças militares, organizações governamentais (nacionais e estrangeiras) e agências civis (de governo ou não). Essa integração entre o vetor militar e as estruturas civis é essencial para o êxito das operações (BRASIL, 2013, p. 2-4).

Visacro (2018, p. 119) aponta que ações que até então eram centradas no emprego das forças armadas, passaram a envolver também a participação de outras agências do Estado, a sofrer ingerência de organismos internacionais e, frequentemente, a contar com a colaboração de organizações não-governamentais.

Segundo explica o tenente-coronel Antônio José Oliveira (2011), militar do Exército de Portugal, para se atingir o estado final desejado com sucesso, a atuação na resolução de um conflito parece exigir uma aproximação integrada envolvendo o vasto leque de atores, militares e civis, focalizando a sua atenção nos efeitos a atingir.

Sobre a diversidade de atores no mesmo ambiente operativo, a doutrina militar dos Estados Unidos da América esclarece que o principal desafio para a integração de esforços governamentais entre civis e militares exige que todas as diferentes agências estejam representadas, integradas e ativamente envolvidas no processo (NASCIMENTO, 2017, p. 19)

Por conseguinte, concebe-se que os conflitos atuais, independente do campo de batalha, exigem uma combinação ajustada e equilibrada, de forma racional, de meios militares e não militares, com o objetivo central de se atingir um estado final desejado.

Sendo assim, compete à Força Terrestre estar comprometida com o compromisso de sua missão, unindo esforços para colaborar e interagir com todas as demais agências envolvidas no contexto operacional onde está inserida.

Na conjuntura das operações em Amplo Espectro, alguns dos objetivos são a busca pela prevenção de ameaças, o gerenciamento de crises a fim de solucionar conflitos armados, assim como atuar em situações de guerra e não-guerra.

Percebe-se que a participação do Exército em apoio a outros órgãos ou agências, governamentais ou não, civis ou militares, nas Operações, tem aumentado consideravelmente.

Conforme relata Visacro (2018, p. 12), desde o início da ocupação do complexo da Maré, membros das Forças Armadas e policiais federais vinham trabalhando em conjunto, sobretudo, por meio da troca de informações.

Dessa forma, agregar valor, com segurança, às informações recebidas por todos escalões empregados no ambiente operacional, permitindo o fluxo de dados de forma oportuna, significa imprimir aos mesmos uma diferenciação que os torna mais relevantes aos decisores.

Como o planejamento e a condução de uma operação caracterizam-se pela existência de sucessivas decisões, sem solução de continuidade, o estabelecimento dos conhecimentos necessários e a sua produção, também, constituir-se-ão em um processo contínuo e permanente no tempo (BRASIL, 2016, p 2-1).

O Coronel de Artilharia Rueda (2015) afirma que a Inteligência Militar possui um papel capital no processo de planejamento e de condução das operações, particularmente naquelas conduzidas no nível tático.

Evidencia-se, assim, o aumento significativo do emprego do Exército em situações de não-guerra nos últimos anos, tendo como exemplos de maior

envergadura: Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016, Operação São Francisco, além da Intervenção Federal na Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

2.5 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Controles de Segurança da Informação devem ser implementados como instrumentos voltados a mitigação de riscos. Esse objetivo só será atingido se forem incluídas políticas, procedimentos e diretrizes, a fim de que se permita identificar e implementar as medidas de proteção necessárias, em tempo hábil.

O Exército Brasileiro, cada vez mais sendo empregado em Operações no Amplo Espectro, tem como dever a manutenção da Segurança da Informação e Comunicações (SIC) em suas atividades, nos diversos ambientes onde atua.

Entende-se que a SIC compreende ações que tem por objetivo viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integralidade, a confidencialidade e a autenticidade da informação, buscando, assim, que os integrantes inseridos na atividade de inteligência tenham atitudes adequadas para manuseio, tratamento, controle e proteção dos dados, informações, documentos e conhecimentos produzidos, armazenados, sob guarda ou transmitidos por qualquer meio ou recurso.

Nesse contexto, percebe-se a inserção de novos atores no campo de batalha. Alguns deles, inclusive, não estatais, com elevado poder de influenciar opiniões e defender seus interesses.

Para que o Estado possa se antepor às ameaças assimétricas e proteger seus ativos de informação, faz-se necessário o emprego de forças com efetivos reduzidos e independentes, atuando com iniciativa e liberdade de ação.

Como exemplo, temos o emprego de tropas do Exército nas Operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no Complexo da Maré, onde foram empregados os meios necessários para a prestação de segurança e serviços em benefício da população, nos anos de 2014 e 2018.

Durante todo o período de permanência na área de operações, os comandantes militares foram assediados pela mídia, organizações não governamentais e líderes comunitários (VISACRO, 2018, p. 20).

Nesse cenário, torna-se imprescindível que os comandantes, em todos os níveis, saibam explorar as ambiguidades e contradições inerentes à natureza da

missão. A onipresença da mídia e a farta disponibilidade de ferramentas da informação passam a influenciar diretamente na atuação dos atores armados, estatais e não estatais.

A fim de prevenir eventuais ameaças, gerenciar crises e solucionar os mais variados conflitos, quer em situação de guerra, quer em situação de não-guerra, o Exército precisa direcionar esforços para atuar em cooperação com os demais atores envolvidos, buscando, pela união de esforços, atingir os objetivos da Operação, seguindo uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) que abranja a todos os atores envolvidos.

3 METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, questionários e discussão de resultados.

Da revisão da literatura por meio de uma pesquisa aplicada, buscou-se produzir conhecimentos com aplicação prática dirigidos à solução de problemas reais específicos.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se os conceitos de pesquisa quantitativa, pois as referências numéricas obtidas por meio dos questionários foram fundamentais para a compreensão da importância da criação e do estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) para as operações em ambiente interagências.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade exploratória, a fim de se realizar o levantamento bibliográfico sobre o assunto, buscando uma maior familiaridade com o objeto analisado, permitindo selecionar as técnicas mais apropriadas para o trabalho.

3.1 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados via questionários.

3.1.1 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir de militares integrantes e ex-integrantes do Sistema de Inteligência do Exército com experiência em participações em operações em ambiente interagências, assim como integrantes de agências governamentais e não-governamentais, nas esferas estadual e federal.

A amostra selecionada para responder aos questionários também foi restrita a profissionais com experiência e participações em operações interagências.

Buscou-se viabilizar a compreensão da cultura dos profissionais e das agências envolvidas na Atividade de Inteligência em Ambientes Interagências, permitindo sua confrontação com o conhecimento obtido com a revisão da literatura sobre o problema concebido. Dessa forma, a população estudada foi de 42 militares do exército e 37 integrantes de agências governamentais e não-governamentais.

A amostra foi selecionada em diferentes Organizações Militares, de maneira a não haver interferência de respostas em massa ou influenciadas por episódios específicos, assim como para integrantes da Agência Brasileira de Inteligência, das Polícias Federal e Rodoviária Federal, das Polícias Militar e Civil do Estado de São Paulo e integrantes da Administração Pública Federal em geral, além de operadores portuários do Porto de Santos.

A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma direta indireta, pela internet, via formulário *online*.

Foi realizado um pré-teste com 16 capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), ex-integrantes do SIEx, que atendiam aos pré-requisitos para integrar a amostra proposta no estudo, com a finalidade de identificar possíveis falhas no instrumento de coleta de dados. Ao final do pré-teste, não foram observados erros que justificassem alterações no questionário e, portanto, seguiram-se os demais de forma idêntica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho reuniu diferentes dados, oriundos de diversas fontes. Aos dados levantados a partir da revisão de literatura somou-se os que foram obtidos pelos questionários.

A fim de realizar-se uma correta análise desses dados, foram comparadas as ideias apresentadas pelos autores consultados e a análise subjetiva da bibliografia e documentos primários obtidos. Essa análise teve como objetivo organizar os dados de forma que fosse possível o fornecimento de respostas para o problema proposto.

Conforme verifica-se no exame do questionário aplicado, o grupo de colaboradores é composto por militares integrantes e ex-integrantes do SIEEx, com experiência profissional e com amplo conhecimento na área, além de profissionais integrantes de diferentes Agências e Órgãos Governamentais ou não, com largo conhecimento sobre Operações em Ambiente Interagências.

As pesquisas sobre a necessidade de se criar e estabelecer uma Política de Segurança da Informação e Comunicações nessas Operações indicaram uma real necessidade, tendo em vista não haver nenhuma regulamentação a respeito que norteie os trabalhos dos agentes envolvidos.

De julho de 2007 até setembro de 2016, por exemplo, o Brasil sediou oito eventos cujas características permitem que sejam enquadrados nessa situação. São eles:

- a) Jogos Pan-Americanos (de 12 a 29 de julho de 2007);
- b) Jogos Mundiais Militares (de 16 a 24 de julho de 2011);
- c) Conferência Rio +20 (de 13 a 22 de junho de 2012);
- d) Copa das Confederações (de 15 a 30 de junho de 2013);
- e) Jornada Mundial da Juventude (de 23 a 28 de julho de 2013);
- f) Copa do Mundo (de 12 de junho a 13 de julho de 2014);
- g) Jogos Olímpicos (de 3 a 21 de agosto de 2016); e
- h) Jogos Paralímpicos (de 7 a 18 de setembro de 2016).

O emprego do Exército na segurança desses Grandes Eventos ocorreu em consonância com outros diversos atores, sem que houvesse uma padronização sobre quais dados e informações podiam ser compartilhadas e como isso deveria ocorrer.

Esse item sofreu alguns questionamentos pelos respondentes durante a fase de pré-teste, principalmente no que tange ao modo como cada Agência portou-se

diante desse cenário. Para alguns, não caberia ao Exército estabelecer esses procedimentos e sim ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPr).

No âmbito dos militares do EB, percebeu-se que durante o emprego da Atividade de Inteligência nas Operações em Ambiente Interagências, a inteligência militar pode assessorar os comandantes, para que a tomada de decisão seja rápida, objetiva e eficaz, possibilitando, com êxito, o cumprimento das missões, onde 98% concordou totalmente com o proposto.

O gráfico a seguir apresenta o resultado obtido:

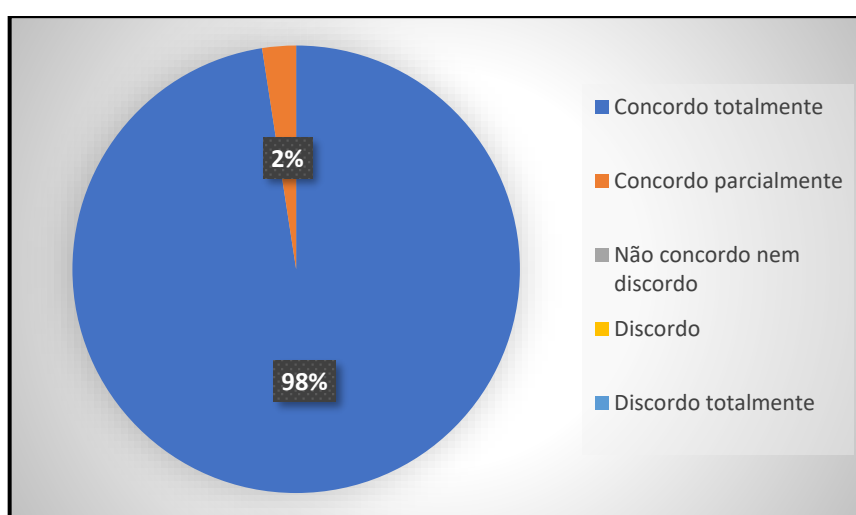


GRÁFICO 1 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre a importância do assessoramento da inteligência militar para a tomada de decisão
Fonte: O autor

A partir deste resultado, observa-se que os militares aptos a desempenharem atividades atreladas à função de combate inteligência trabalham direcionados à solução de problemas militares emanados diretamente do comando enquadrante.

Outro item procurou investigar a necessidade de que o conhecimento deva ser protegido de forma que o seu acesso seja limitado apenas às pessoas credenciadas para tal, tendo como resultado que a maioria concorda, tendo um número considerável de militares com ressalvas em relação ao tema.

O gráfico a seguir apresenta o resultado obtido:

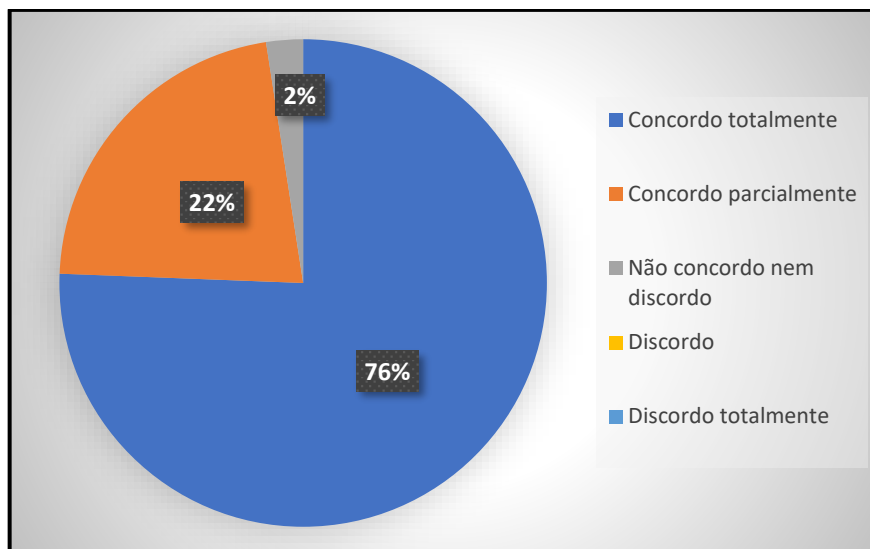


GRÁFICO 2 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre a necessidade de se limitar o acesso ao conhecimento apenas para pessoas credenciadas.

Fonte: O autor

Esta última resposta apresentada reflete a falta de uma norma ou política que delimite e oriente o trato a ser dado com a informação.

Acerca da necessidade de se implementar uma PoSIC durante o emprego do EB em Operações em Ambiente Interagências, a fim de que se alcance objetivos convergentes com eficiência, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, obteve-se como resposta a quase totalidade dos militares confirmando esse pressuposto.

Prosseguindo, foi questionado também sobre a necessidade da adoção de procedimentos de segurança na troca de dados e informações nas Operações em Ambientes Interagências e os impactos da não observância de preceitos de Segurança da Informação e Comunicações, que podem comprometer o sucesso no cumprimento das missões.

Os militares foram questionados, ainda, acerca do auxílio que uma PoSIC pode proporcionar, de modo que somente as informações necessárias ao desempenho das atividades de cada vetor sejam compartilhadas, preservando-se os outros dados que não lhes sejam afetos.

O enunciado da pergunta permitia a opção dos colaboradores em discordar da afirmação. O gráfico a seguir apresenta o resultado obtido:

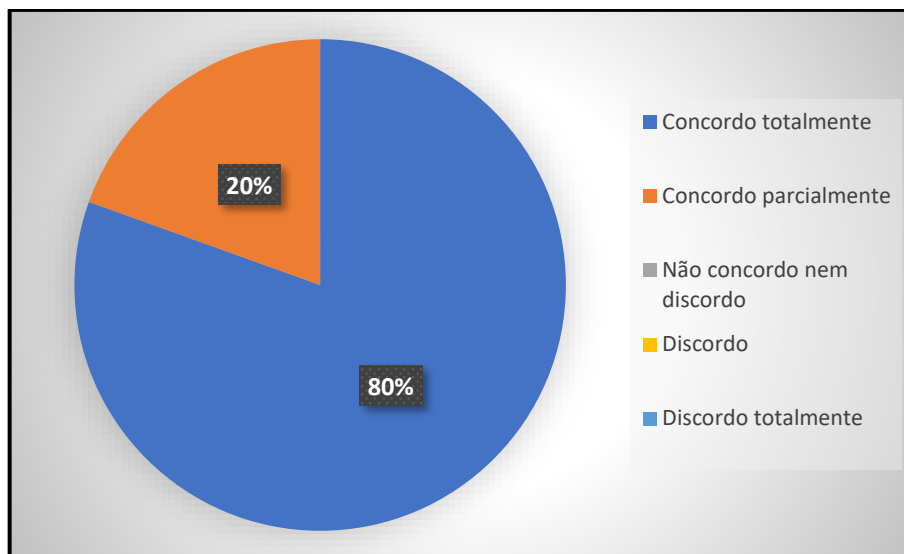


GRÁFICO 3 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre a importância do estabelecimento de uma PoSIC para o cumprimento das missões

Fonte: O autor

Dessa forma, percebe-se que há uma consonância nas respostas no que tange a necessidade de se ordenar o que deve e o que não deve ser compartilhado em um ambiente interagências, apesar de haver fatores a serem ainda discutidos sobre a necessidade da adoção de procedimentos de segurança na troca de dados e informações nessas operações.

Perguntou-se, também, aos agentes de outras instituições, se eles acreditavam ser indispensável para um profissional de inteligência poder atuar em uma Operação em Ambiente Interagências – onde há uma interação das Forças Armadas com outras agências – a necessidade de seguir uma política bem definida de segurança da informação.

Como pode-se observar no gráfico abaixo, a maioria acredita que sim, apesar de uma parcela considerável concordar parcialmente ou discordar, mostrando que muitos aspectos precisam ser debatidos antes de se definir uma PoSIC para essas operações interagências.

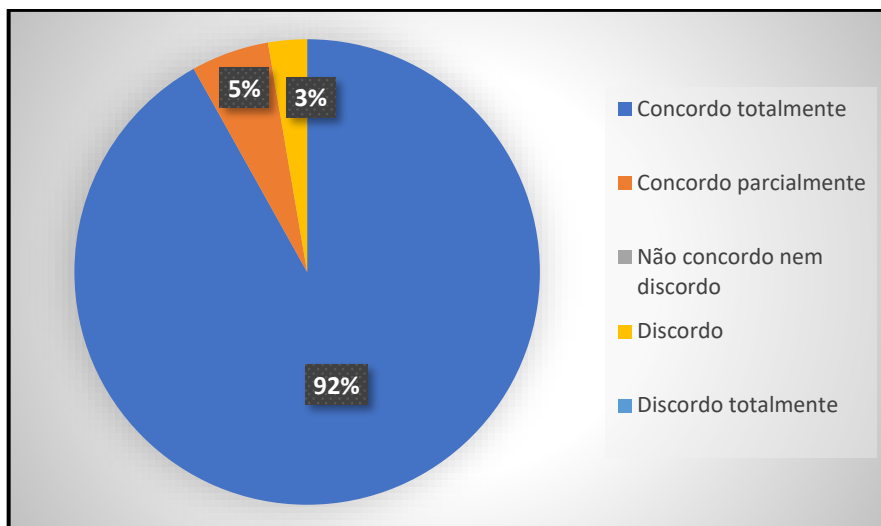


GRÁFICO 4 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre o entendimento dos integrantes das agências acerca da a necessidade de se seguir uma PoSIC
Fonte: O autor

A eles, questionou-se também se, durante uma Operação em Ambiente Interagências, onde há a interação da Força Terrestre com outras agências governamentais e não-governamentais, a Inteligência do Exército Brasileiro pode ser empregada, a fim de alcançar objetivos convergentes com eficiência, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções.

O retorno foi considerável, tendo o gráfico a seguir retratado isso:

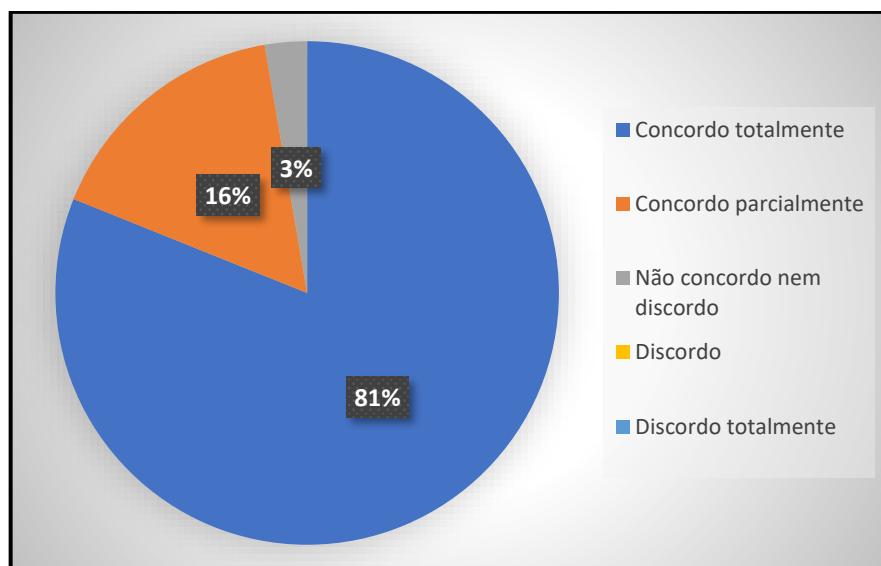


GRÁFICO 5 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre o emprego da inteligência militar em operações interagências
Fonte: O autor

De acordo com os dados obtidos, percebe-se que ainda há uma certa reação negativa entre os integrantes das diversas agências sobre o emprego da inteligência

do Exército em operações desse patamar. Muitos ainda têm questionamentos acerca da efetividade e da forma como o EB pode ser empregado.

Foi investigado, por fim, se o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações para Operações em Ambiente Interagências pode auxiliar de maneira que somente as informações necessárias ao desempenho das atividades de cada vetor sejam compartilhadas, preservando-se os outros dados que não lhes sejam afetos. O seguinte resultado foi obtido:

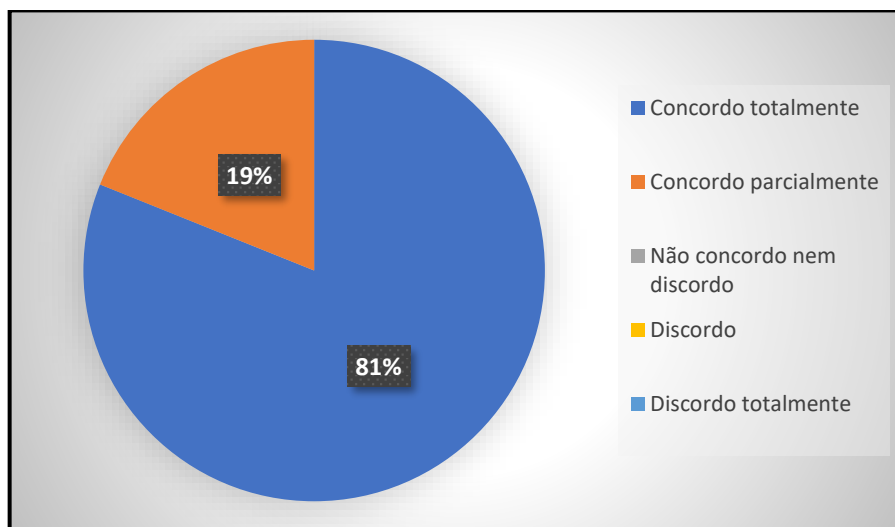


GRÁFICO 6 – Opinião da amostra, em valores absolutos, sobre a importância do estabelecimento de uma PoSIC para o cumprimento das missões
Fonte: O autor

Portanto, percebe-se que deve ocorrer uma coordenação entre os diversos atores para que se alcance resultados efetivos e que permitam o cumprimento da missão, dentro da realidade exigida dos organismos públicos, seguindo-se a observância de preceitos de Segurança da Informação e Comunicações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, atesta-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, mostrando que a troca de informações é necessária entre as agências, assim como a proteção dos ativos de informação envolvidos.

Pode-se observar a importância da segurança da informação e comunicações nas operações que contem com o emprego da inteligência militar em ambiente interagências.

A revisão de literatura possibilitou concluir que a proteção dos ativos de informação implica em um melhor posicionamento das instituições governamentais em relação à produção e custódia, principalmente, às informações dos cidadãos brasileiros e do Estado Federal. A Força Terrestre deve estar alinhada à essa realidade.

Não obstante os esforços do governo em fortalecer as ações de SIC, o que inclui arcabouço normativo, balizado pelas questões de estudo desse trabalho, percebeu-se o entendimento de todos agentes envolvidos da necessidade de se estabelecer procedimentos e padronizações sobre o compartilhamento de informações.

Fica, assim, evidenciado os vários desafios que se impõem, em especial a carência do estabelecimento de governança efetiva da SIC e da segurança dos ativos de informação, além da pouca efetividade da ABIN, órgão central do SISBIN, ao exercer a coordenação executiva de tais temas de forma pouco sistêmica e participativa.

Recomenda-se, dessa forma, que medidas sejam adotadas no âmbito do Exército Brasileiro, a fim de que se crie e estabeleça uma Política de Segurança da Informação e Comunicações a ser empregada em Operações em Ambiente Interagências.

À vista disso, entende-se que a criação de um Grupo de Trabalho no Estado-Maior do Exército (EME), com a contribuição de oficiais alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para a discussão do tema é válida. A PoSIC poderia ser desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso na referida Escola, tendo suas diretrizes norteadas pelo EME.

Como tópicos a serem discutidos, sugere-se:

- A institucionalização do tema no âmbito do EB, com planejamento para alocação de recursos orçamentários;
- O aprimoramento dos recursos humanos da Força Terrestre, de forma qualitativa e quantitativa;
- O incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e a inovação na área de SIC;
- Uma maior divulgação e o uso efetivo da Sistemática de Acompanhamento Doutrinário e Lições Aprendidas (SADLA), no âmbito do Exército Brasileiro, como forma de aprimorar processos e procedimentos de SIC;
- O alinhamento do planejamento de SIC ao planejamento das demais instituições pertencentes à Administração Pública Federal, adaptando-se às necessidades operativas do Ministério da Defesa; e
- A ampliação de ações colaborativas em SIC com instituições não-governamentais e do setor privado, no país e no exterior.

Conclui-se, portanto, que o Exército precisa atuar em cooperação com os diversos atores, a fim de atingir os objetivos em suas operações, mas para tal, deve seguir uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) que abranja a todos as agências envolvidas nas Operações em ambiente interagências.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Inteligência e Contraineligência**. [S. l.], [2019]. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

BRASIL. Decreto n. 8.793, de 29 de junho de 2016. **Fixa a Política Nacional de Inteligência**, Brasília, DF, junho de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm. Acesso em: 17 jan 2020.

_____. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL. Agência Brasileira de Inteligência. **Sistema Brasileiro de Inteligência**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/atuacao/sisbin/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Operações Interagências. MD33-M-12**. 1 ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017.

EXÉRCITO. **Catálogo de Capacidades do Exército. EB20-C-07.001**. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2020.

_____. **Manual de Campanha Inteligência. EB20-MC-10.207**. 1 ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

_____. **Manual de Campanha Operações em Ambiente Interagências. EB20-MC-10.201**. 1 ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2013.

_____. **Manual de Campanha Planejamento e Emprego da Inteligência Militar. EB70-MC-10.307**. 1 ed. Brasília, DF: Comando de Operações Terrestres, 2016.

_____. **Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre. EB20-MF-10.107**. 2 ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2015.

BRANCO, André Haydt Castello; SCHAUFFERT, Fred Harry; LENTO, Luiz Otávio Botelho. **Inteligência e Segurança Pública**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

FERNANDES, J. H. C. **A Organização e a Tecnologia da Informação: Sistemas de Informações, Infraestrutura, Organização e Serviços (Relatório Técnico)**.

Campus Universitário Darcy Ribeiro: Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Ciências Exatas da Universidade de Brasília. 2009. 24 p.

MARQUES, Fábio Ricardo; HOLCSIK, Eduardo. **A importância do incremento do estudo de inteligência nos estabelecimentos de ensino de formação de oficiais e sargentos do exército brasileiro: a função de combate inteligência nas operações no amplo espectro**. In: Curso Avançado de Inteligência para Oficiais, 2015, Escola de Inteligência Militar do Exército. Artigo Científico [...]. BRASÍLIA: [s. n.], 2015.

MEDEIROS, Francisco José Fonseca de. **A Atividade de Inteligência no mundo atual**. [2020]. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-atividade-de-intelig%C3%A2ncia-no-mundo-atual>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NASCIMENTO, Talmo Evaristo do. **O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e o Desenvolvimento Integrado da Atividade de Inteligência por seus Órgãos**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Inteligência de Segurança) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Rosa, 2017.

OLIVEIRA, Antônio José. **Resolução de conflitos: o papel do instrumento militar no atual contexto estratégico – o exemplo do Kosovo**. Lisboa: Esfera do Caos, 2011.

RUEDA, William Wilson Alexandre. **Emprego da Inteligência Militar nas Operações de Nível Tático**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, Brasília, v. 3 n. 8, p. 20-29, 2015.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa constitui-se em instrumento de pesquisa, parte de Artigo Científico, cujo tema é: **A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.**

Agradeço, de antemão, sua disponibilidade, destacando que sua participação será fundamental para a consecução dos objetivos propostos por essa pesquisa.

O mencionado trabalho visa fornecer subsídios que possibilitem respostas ao seguinte problema: a criação e o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) nas Operações em Ambiente Interagências poderá contribuir para o cumprimento das missões?

QUESTIONAMENTOS

1) O senhor concorda que a Inteligência Militar pode assessorar os comandantes, para que a tomada de decisão seja rápida, objetiva e eficaz, possibilitando, com êxito, o cumprimento das missões?

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo
- () Discordo totalmente

2) Todo e qualquer integrante do Exército, no exercício de suas funções, é ativo participante do Ciclo de Inteligência. O senhor concorda que o conhecimento deve ser protegido de forma que o seu acesso seja limitado apenas às pessoas credenciadas para tal?

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo
- () Discordo totalmente

3) O senhor concorda que todos militares podem obter dados em potencial para apoiar o planejamento, a preparação, a execução e a avaliação em uma Operação?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

4) O senhor concorda que medidas devem ser implementadas, como por exemplo uma Política de Segurança da Informação e Comunicações, durante o emprego do EB em Operações em Ambiente Interagências, para viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade de dados e informações?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

5) O senhor concorda que o Exército Brasileiro deva ser empregado nessas Operações, a fim de alcançar objetivos convergentes com eficiência, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

6) O senhor concorda que a adoção de procedimentos de segurança na troca de dados e informações são importantes nas Operações em Ambientes Interagências?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

7) O senhor concorda que a não observância de preceitos de Segurança da Informação e Comunicações podem comprometer o sucesso no cumprimento das missões?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

8) O senhor concorda que o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações para Operações em Ambiente Interagências pode auxiliar de maneira que somente as informações necessárias ao desempenho das atividades de cada vetor sejam compartilhadas, preservando-se os outros dados que não lhes sejam afetos?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA NÃO INTEGRANTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Prezado senhor colaborador, a presente pesquisa constitui-se em instrumento de pesquisa, parte de Artigo Científico, cujo tema é: **A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.**

Agradeço, de antemão, sua disponibilidade, destacando que sua participação será fundamental para a consecução dos objetivos propostos por essa pesquisa.

O mencionado trabalho visa fornecer subsídios que possibilitem respostas ao seguinte problema: a criação e o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) nas Operações em Ambiente Interagências poderá contribuir para o cumprimento das missões?

QUESTIONAMENTOS

1) A qual Instituição o Senhor pertence?

- () ABIN
- () Polícia Federal
- () Polícia Rodoviária Federal
- () Receita Federal do Brasil
- () Polícia Militar
- () Polícia Civil
- () Outra

2) O senhor concorda que a Atividade de Inteligência pode assessorar os chefes das agências governamentais, para que a tomada de decisão seja rápida, objetiva e eficaz, possibilitando, com êxito, o cumprimento das tarefas estabelecidas?

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Não concordo nem discordo
- () Discordo
- () Discordo totalmente

3) O senhor acredita que seja indispensável para um profissional de Inteligência poder atuar em uma Operação em Ambiente Interagências – onde há uma interação das Forças Armadas com outras agências – a necessidade de seguir uma Política bem definida de Segurança da Informação?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

4) Durante uma Operação em Ambiente Interagências, onde há a interação da Força Terrestre com outras agências governamentais e não-governamentais, o senhor acredita que a Inteligência do Exército Brasileiro possa ser empregada, a fim de alcançar objetivos convergentes com eficiência, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

5) O senhor concorda que a adoção de procedimentos de segurança na troca de dados e informações são importantes nas Operações em Ambientes Interagências?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

6) O senhor concorda que o estabelecimento de uma Política de Segurança da Informação e Comunicações para Operações em Ambiente Interagências pode auxiliar de maneira que somente as informações necessárias ao desempenho das atividades de cada vetor sejam compartilhadas, preservando-se os outros dados que não lhes sejam afetos?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

7) O senhor concorda que a não observância de preceitos de Segurança da Informação e Comunicações podem comprometer o sucesso no cumprimento das missões?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

8) O senhor concorda que deva ocorrer a coordenação entre os diversos atores, para alcançar resultados efetivos e que permitam o cumprimento da missão, dentro da realidade exigida dos organismos públicos?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente